

A história da cultura negra vira disciplina nas escolas baianas

SALVADOR — O aparentemente intocável ensino de tradição européia na Bahia, Estado em que predomina a população negra e que é impregnado de sua cultura, sofreu uma pequena ameaça há pouco menos de um mês, quando o Conselho Estadual de Educação aprovou a introdução da disciplina "Estudos Africanos" nos currículos das escolas de 1º e 2º Graus. A notícia vem sendo comemorada pelos movimentos negros organizados em Salvador, que tem 80 por cento de sua população descendente de africanos.

— Isso é apenas um primeiro passo de um projeto de descolonização cultural, em todos os níveis, no Brasil — afirma a professora Ieda Castro, Diretora do Centro de Estudos Africanos (CEA) da Universidade Federal da Bahia, que elaborou o projeto de introdução da disciplina. Para ela, contudo, não há motivo para susto: "Descolonização cultural" é uma expressão que vem sendo muito usada pelo Ministro Aluizio Pimenta em seus recentes pronunciamentos", explica.

A introdução da disciplina — um curso integrado de antropologia, história e geografia da África, abrangendo os períodos pré-colonial, colonial e contemporâneo — também é assunto novo. É uma reivindicação feita desde 1978 pelos movimentos negros de todo o País ao MEC. Em Salvador, a Câmara de Vereadores tentou incluir a disciplina nos currículos municipais, no ano passado, mas o projeto foi barrado no Executivo.

Entre os argumentos apresentados pelo CEA e pelas entidades negras em favor dos "Estudos africanos" estão, além da expressiva densidade populacional negra no Estado, a "permeabilidade étnica e cultural" da sociedade baiana, o "atual estágio das relações Brasil-Africa" e a necessidade de se resgatar a memória cultural. Mas é sobretudo nesse último argumento que os movimentos negros se apegam para elogiar a introdução da disciplina:

— Precisamos acabar de uma vez por todas com a visão, corrente ainda hoje, de que o negro era naturalmente selvagem, sem história, inferior — diz Ana Célia da Silva, da Coordenação do Movimento Negro Unificado, uma das entidades que subscreveram a proposta do CEA. "Esse é o motivo por que acho que Estudos Africanos interessa não apenas à comunidade negra, mas a toda a sociedade" — afirma.

Essa visão é defendida também por Ieda Castro, que acha ainda que o elemento negro é mais marginalizado que o índio.

É a própria Ieda quem alerta, contudo, para as dificuldades iniciais para a introdução da matéria, que não será obrigatória, apesar da demonstração de interesse de "umas dez escolas": existem poucos professores, formados por um curso realizado em 1983, e que precisam de atualização, o que poderá ser contornado com a abertura, ainda este ano, de duas turmas para formação de professores.